

Ata da reunião virtual do Conselho Nacional de Economia Solidária
05 de novembro de 2024

1 Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às 15:30h, no ambiente virtual da
2 plataforma *teams*, sob a coordenação do Secretário Nacional de Economia Solidária Gilberto
3 Carvalho, teve início a Reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária. Participaram da reunião,
4 os Conselheiros e convidados: Gilberto Carvalho, Secretário Nacional de Economia Popular e
5 Solidária; Marta Fulcar, Chefe de Gabinete da SENAES; Renata Studart, Diretora de Projetos da
6 SENAES; Vanderlucia Simplicio, Coordenadora Geral de Projetos da SENAES; Ary Pereira,
7 Coordenador Geral de Parcerias e Fomento da SENAES; Iracema Moura, Coordenadora da SENAES;
8 Chico Oliveira, Assessor da SENAES; Marco Antônio Baleiro, do Departamento de Projetos da SENAES;
9 Fernando Zamban, Diretor de Parcerias e Fomento da SENAES; Adalberto Felício Maluf Filho,
10 Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Alfredo Jairo dos Santos, da
11 Rede de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária; Arildo Mota Lopes, da União e
12 Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (INISOL); Carlos
13 Alencastro Cavalcante, do FBES; Cesar dos Santos, Representante do Ministério da Pesca e
14 Aquicultura; Geni Rosângela Dias, do FBES; Janiléia Alves dos Santos Silva, do FBES; Kézia Alice dos
15 Prazeres (Semearte-Ecosol), do FBES; Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, do FBES; Kristiany Mariely
16 Bender, do FBES; Marcela Machado Vieira, da Cáritas Brasileira; Admirson Medeiros Ferro Júnior, da
17 Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores; Celecina Rodrigues dos
18 Santos, do FBES; Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro, do FBES; Maria Helena Mendes Pinheiro, do
19 FBES; Abilene Pereira de Brito, do FBES; Tatiane Nascimento Conceição Valente, do FBES; Maria
20 Valeria de Moraes Silva, do FBES; Ana Caroline Carmo da Silva, do FBES; Guicelma de Macedo, do
21 FBES; Vicente Raimundo de Almeida Neves, do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA); Sandro
22 Benedito Sguarezi, da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
23 (UNITRABALHO); José Alex Borges Mendes, da Confederação Nacional de Articulação das
24 Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Rosemary Gomes, da FACES do Brasil – Fórum
25 de Articulação do Comércio Ético e Solidário; Josué Medeiros, do Ministério das Cidades; Adenilce
26 Maria de Araujo Silva, do FBES; Mariana Giroto, da Rede de Gestores de Políticas de Fomento à
27 Economia Solidária; Juliana Maria; Maria Lucia Balbino da Silva, do FBES; Francisca Eliene da Silva, do
28 FBES; Lenaria Carolina Antunes; Lidia Vieira Rocha; Rogerio Antonio; Danielle Stephany; e Elielma
29 Coelho. **Fernando Zamban** inicia sua fala informando que **Vanderlúcia** compartilhará algumas
30 informações sobre o Programa Paul Singer abrindo para perguntas em seguida. Ela explica
31 brevemente sobre o programa, destacando que, embora o projeto tenha sido iniciado em outubro
32 de 2023, ainda não foi completamente finalizado. **Alzira Medeiros** começa expressando que, embora
33 estejam discutindo o programa, muitas questões permanecem pendentes, especialmente no que diz
34 respeito às cotas e seleção de agentes para os estados. Ela manifesta preocupação com a estrutura
35 e a gestão do programa, observando que uma abordagem centralizada pode dificultar a integração
36 com redes locais e a Economia Solidária. Alzira critica a dependência das superintendências regionais
37 do trabalho, ressaltando sua falta de preparo para lidar com Economia Solidária e sua baixa
38 capilaridade para apoiar o projeto. Ela conclui que a falta de uma estrutura territorial clara gera
39 desafios, questionando se o modelo atual realmente sustenta o desenvolvimento da Economia
40 Solidária. Além disso, Alzira aponta problemas com a estrutura de financiamento, como a exigência
41 de que agentes usem parte de suas bolsas para cobrir custos operacionais, o que considera confuso
42 e insustentável. Ela expressa frustração com a dificuldade em ver o programa funcionar como
43 planejado e encerra sua fala reconhecendo os desafios e complexidades envolvidos. **Rosemary**
44 **Gomes** reforça sua preocupação com a incoerência no processo de seleção dos agentes da economia

45 solidária, destacando que, embora o edital exigisse que os agentes fossem militantes ativos da
46 economia solidária, isso não foi devidamente considerado nas entrevistas. Segundo ela, muitas das
47 pessoas selecionadas não atendem aos critérios necessários, como experiência e familiaridade com
48 a conjuntura territorial. Ela menciona que o processo de seleção priorizou conhecimento sobre o
49 contexto territorial em detrimento da trajetória de militância, o que ela considera um erro. Ela
50 destaca que a logística é precária, especialmente em estados com muitos municípios, e questiona
51 como será possível articular agentes territoriais em um número elevado de regiões sem os recursos
52 e equipamentos necessários para o transporte e coordenação. Rosemary questiona ainda a
53 estratégia do programa: se o objetivo é criar uma estrutura de economia solidária interiorizada,
54 fortalecer redes produtivas e promover políticas de apoio local, ou se o programa é, na prática, uma
55 tentativa de reproduzir o modelo Brasil Local, sem atender às especificidades de cada território. **Ana**
56 **Caroline** começa falando sobre as qualificações necessárias para os agentes e levanta a questão de
57 que, em Goiás, algumas pessoas experientes do movimento não foram selecionadas, enquanto
58 outras, que não têm histórico no movimento, foram escolhidas. Ela questiona a falta de critérios
59 claros de representatividade, como cotas para mulheres, jovens, quilombolas e indígenas, que têm
60 contato direto com as comunidades. Ela também observa que o edital é muito técnico, dificultando
61 a compreensão para pessoas mais simples do movimento, e sugere uma simplificação para tornar o
62 processo mais acessível. **Tatiane Nascimento** expressa preocupações operacionais e reforça as
63 questões levantadas por Alzira. Ela menciona que os coordenadores, que serão porta-vozes das
64 políticas públicas de economia solidária no estado, poderão influenciar o movimento de maneira
65 problemática, dependendo de suas bandeiras e expectativas. Ela relata que no passado surgiram
66 divisões, com novos grupos sendo formados para parecerem empreendimentos de economia
67 solidária, enquanto antigos companheiros que já atuavam há décadas ficaram sem acesso a políticas
68 públicas. Tatiane alerta que isso pode ocorrer novamente se não houver um cuidado em garantir que
69 os coordenadores atuem de forma agregadora e não causem discórdia. Ela destaca a importância de
70 evitar o uso do poder de articulação dos coordenadores em benefício próprio e pede uma discussão
71 estratégica para prevenir esses problemas, citando o exemplo do Amazonas, onde o coordenador
72 estadual, respaldado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, teria priorizado
73 empreendimentos fictícios, dificultando o acesso dos verdadeiros empreendimentos de economia
74 solidária às políticas e eventos estaduais. **Vanderlúcia** responde destacando que o programa busca
75 expandir o movimento para além dos membros tradicionais do fórum brasileiro, abrangendo outros
76 grupos que praticam economia solidária no país. Ela defende que é legítimo incluir pessoas de fora
77 do fórum como coordenadores e agentes, pois a diversidade fortalece a iniciativa. Ela reconhece que
78 alguns membros ficaram magoados por não serem selecionados, mas lembra que o processo seletivo
79 já foi concluído, e os 54 agentes escolhidos começarão a atuar em dezembro, com apoio das
80 superintendências regionais do trabalho. Vanderlúcia enfatiza que a coordenação política nos
81 estados será formada por diversas forças, incluindo o governo estadual e o fórum brasileiro,
82 reconhecendo que cada estado poderá seguir rumos diferentes, dependendo das forças políticas
83 locais. Ela explica sobre o orçamento para os agentes da economia solidária, destacando que o valor
84 estipulado de R\$ 5.200 para os coordenadores estaduais e R\$ 3.900 para os agentes locais não será
85 para cobrir todas as despesas operacionais. Para evitar grandes disparidades salariais entre os
86 agentes de economia solidária e os de outros programas, decidiu-se que os agentes locais usarão
87 cerca de 20% de suas bolsas para cobrir pequenos deslocamentos no nível municipal. Vanderlúcia
88 observa que, para coordenadores estaduais, que têm deslocamentos maiores, há a intenção de criar
89 um fundo específico para cobrir esses custos de viagem. Quanto à formação, ela informa que estão
90 buscando recursos adicionais para garantir que o custo das capacitações não saia do bolso dos
91 agentes e coordenadores, assegurando, assim, a participação deles em eventos e encontros de

92 formação. **Fernando Zamban** aborda as dificuldades operacionais e limitações orçamentárias do
93 programa de agentes da economia solidária, ressaltando que, apesar dos desafios, não se pode
94 considerá-lo um fracasso antes mesmo de sua implementação nos territórios. Ele acredita que as
95 preocupações levantadas são válidas e ajudam a evitar erros do passado, mas insiste que é necessário
96 deixar o programa funcionar para avaliar seu impacto de forma justa. Zamban reforça que a inclusão
97 de agentes oriundos de movimentos não orgânicos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária foi
98 uma escolha estratégica para expandir o alcance do programa. Ele reconhece que alguns membros
99 do fórum ficaram desapontados por não terem sido selecionados, mas afirma que o processo de
100 escolha foi legítimo e que os 54 coordenadores escolhidos terão suporte, ainda que limitado, das
101 superintendências regionais do trabalho. O objetivo é que esses agentes possam estabelecer uma
102 conexão política no estado, juntamente com as superintendências, governos estaduais, fóruns, redes
103 e conselhos locais, dependendo da realidade de cada região. Zamban explica que não houve cotas na
104 seleção e que muitos dos agentes selecionados têm vínculos importantes com o Fórum Brasileiro de
105 Economia Solidária ou experiência relevante no campo. Ele pede paciência e abertura para a
106 integração desses novos agentes nos territórios e sugere que uma avaliação justa só poderá ser feita
107 em março do ano seguinte, após os agentes iniciarem o trabalho e as primeiras dificuldades concretas
108 serem observadas. Zamban também responde à preocupação sobre a distribuição territorial dos
109 agentes, explicando que a divisão ainda será validada e apresentada ao conselho para análise. Conclui
110 com um apelo por tranquilidade e confiança no processo de reconstrução, enfatizando que o
111 programa ainda está em desenvolvimento e que conclusões definitivas são prematuras antes de uma
112 avaliação completa. **Marcela Vieira** expressa seu desejo de sorte aos colegas selecionados, mas
113 destaca a complexidade do momento. Ela enfatiza o esforço de muitos membros que mantiveram o
114 movimento de economia solidária ativo durante os últimos quatro anos, um período marcado pelo
115 desmonte da política de Economia Solidária sob o governo Bolsonaro. Marcela manifesta sua
116 preocupação com a inclusão de pessoas que não participaram desse período de luta. Ela menciona
117 que muitos dos selecionados não estavam envolvidos na militância durante os tempos difíceis e se
118 pergunta onde estavam essas pessoas enquanto o movimento enfrentava desafios. Ela acredita que
119 seria ideal que os selecionados tivessem, ao menos, alguma conexão com as forças vivas da economia
120 solidária nos territórios, pois essas pessoas compreendem o contexto e as necessidades do
121 movimento. Ela menciona casos de colegas que, apesar de terem concorrido, não foram
122 selecionados, enquanto outros, com bons currículos mas sem participação ativa, foram escolhidos.
123 Isso a leva a questionar a representatividade do processo de seleção. Marcela sugere que essa
124 reflexão coletiva é essencial e que, caso seja necessário, o processo pode ser ajustado. Finaliza
125 agradecendo e reforçando o desejo de que todos trabalhem juntos nesse esforço de construção.
126 **Fernando Zamban** reforça que o programa ainda está aberto a melhorias e que é preciso permitir
127 que ele avance para avaliar o que realmente precisa ser ajustado. Ele destaca que o programa é uma
128 tentativa de fortalecer a política pública nos territórios, ampliando a atuação e respeitando a
129 contribuição de quem sustentou a economia solidária anteriormente, assim como valorizando quem
130 está chegando para contribuir. Ele menciona que os novos participantes vêm de diversas
131 organizações de base, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, UniSol, UniCap, e movimentos
132 populares como o Movimento Nacional de Catadores e a Via Campesina. Mesmo que nem todos os
133 novos agentes estejam organicamente ligados ao Fórum Brasileiro, Fernando acredita que são
134 pessoas comprometidas que podem auxiliar na recuperação da economia solidária nos territórios.
135 Por fim, Zamban pede apoio e compreensão dos envolvidos para que o programa seja bem-sucedido,
136 reconhecendo os desafios, mas demonstrando confiança de que o projeto trará benefícios
137 significativos aos territórios. **Alzira Medeiros** reforça que a reunião não é uma sessão de
138 aconselhamento, mas uma discussão sobre as concepções da política pública de economia solidária.

139 Ela enfatiza que divergências de opinião são normais, legítimas e fazem parte de um processo
140 democrático. Alzira vê o grupo como peça fundamental na construção dessa política e, mesmo que
141 haja diferenças, todos estão comprometidos com o avanço do programa. Alzira destaca que o
142 programa atual é frágil, principalmente pela falta de orçamento e recursos estruturais. Ela questiona
143 a aparente centralização do programa, que parece focado em formar apenas agentes individuais, o
144 que considera uma distorção, uma vez que a economia solidária é um movimento coletivo. Ela vê os
145 militantes, empreendimentos e entidades como os verdadeiros agentes desse movimento e acredita
146 que é preciso repensar a estrutura de apoio para não sobrecarregar indivíduos. Ela também
147 questiona quais serão os instrumentos de gestão no estado para implementar o programa. Menciona
148 a necessidade de um conselho, comitê ou outro tipo de colegiado que possa apoiar o
149 desenvolvimento da política de forma mais organizada, já que, segundo ela, a superintendência
150 sozinha não tem condições de sustentar essa tarefa. Alzira alerta que as superintendências não foram
151 historicamente preparadas para promover a economia solidária, pois sua lógica está voltada para a
152 fiscalização do trabalho assalariado. Ela levanta a questão da falta de financiamento e suporte para
153 operacionalizar o programa. Alzira ressalta a importância de uma estrutura institucional forte e
154 contínua, pois pessoas passam e as lacunas ficam. **Kézia Alice** expressou a necessidade de uma
155 postura mais proativa e direta da SENAES e sugeriu que o programa fosse discutido a partir das
156 realidades dos estados, já que as diretrizes atuais ainda não estão claras para muitos. Ela apontou
157 que o Espírito Santo, por exemplo, enfrenta desafios com uma superintendência nova, um conselho
158 atuante e um fórum composto apenas por empreendimentos, após o abandono de várias entidades.
159 Ela ressaltou que o programa parece ter sido elaborado sem considerar as demandas locais, que eram
160 focadas em fortalecer estruturas já existentes, e não criar novas. Ela também mencionou a
161 preocupação do conselho estadual sobre como o programa depende da mobilização dos conselhos
162 e fóruns de Economia Solidária locais. Kézia sugeriu que a SENAES realize reuniões com estados onde
163 a Economia Solidária já está organizada, para esclarecer dúvidas e fortalecer o processo, buscando
164 um trabalho conjunto e coordenado. **Alfredo Jairo** iniciou sua fala saudando os presentes e
165 informando que acabava de concluir uma reunião do Comitê de Economia Solidária do Consórcio
166 Nordeste. Ele mencionou que Renata, representando a SENAES, participou da reunião para explicar
167 o processo de construção das coordenações. Ele destacou que o comitê se concentrou em esclarecer
168 o papel de cada coordenação e comissão dentro do sistema de Economia Solidária, abordando
169 aspectos como a comercialização e o apoio financeiro. **Gilberto Carvalho** inicia sua fala pedindo
170 desculpas pelo atraso, explicando que esteve em uma reunião urgente com o ministro Marinho para
171 discutir o ajuste fiscal e os desafios relacionados aos cortes orçamentários que impactam as áreas
172 sociais e a mobilização da sociedade. Ela aproveita para solicitar que o programa em questão seja
173 avaliado apenas quando estiver em plena execução, já que até o momento, o programa apenas
174 selecionou uma equipe de coordenação nacional e estadual. Gilberto explica que a coordenação do
175 programa priorizou a inclusão de coordenadores ligados ao Fórum de Economia Solidária,
176 reconhecendo a importância desse órgão, mas também destaca a necessidade de abrir espaço para
177 novos movimentos que ainda não estão organicamente integrados à economia solidária. Ele
178 argumenta que é importante expandir o alcance e participação na economia solidária, promovendo
179 a integração de novos grupos e, com isso, fortalecendo o movimento. E também destaca o papel das
180 superintendências regionais e as dificuldades que estas enfrentam. O objetivo é fortalecer essas
181 estruturas e induzir a formação de núcleos que integrem representantes do fórum, do conselho, da
182 Unicopas, da rede de gestores, além do próprio coordenador do núcleo da superintendência. A ideia
183 é aproveitar esses aparelhos para promover a economia solidária de forma mais eficaz. Ele pede
184 paciência e compreensão para que o programa tenha tempo de ser implementado e avaliado com
185 justiça, reafirmando o compromisso de manter o conselho e os participantes informados e

envolvidos. **Ary Moraes** compartilha um depoimento sobre sua experiência no Programa Brasil Local, destacando a importância das iniciativas de economia solidária em cidades do interior. E menciona como o programa contribuiu para a estruturação de fóruns locais e apoio a empreendimentos de economia solidária, ajudando a criar câmaras e leis municipais para apoiar essas atividades. Ele reconhece os problemas enfrentados, mas enfatiza que os resultados gerais foram positivos, destacando o impacto do programa no desenvolvimento de políticas locais de economia solidária. Ary aborda também a necessidade de planejar o desenvolvimento territorial de forma mais integrada, lamentando a falta de planejamento estratégico de longo prazo no Brasil nas últimas décadas. Ele defende que o Estado brasileiro precisa repensar seu papel na economia, com uma visão voltada à economia solidária como uma alternativa de desenvolvimento. Logo em seguida **Fernando Zamban** informa que a reunião presencial do conselho será provavelmente entre os dias 10 e 13 de dezembro, próxima ao Dia da Economia Solidária. Ele comenta que a data ainda depende da confirmação da agenda presidencial, mas espera garantir uma ocasião especial para marcar o evento, com possíveis ações no Congresso. Fernando passa para o próximo ponto que havia ficado pendente da reunião anterior: a composição dos comitês temáticos do conselho. Ela explicou que, após consultar a ata da reunião de outubro do ano anterior, identificaram algumas diretrizes já sinalizadas para a criação de comitês específicos. Entre eles, estavam o comitê de formação, o comitê de mulheres e o comitê de marco regulatório, além da proposta de uma comissão ligada ao marco legal para tratar do Cadastro Nacional de Economia Solidária (Cadsol). **Kézia Alice**, participante da reunião, lembrou que, além dos comitês mencionados, o conselho havia solicitado anteriormente a inclusão de um comitê de comercialização, focado em promover o comércio justo e a comercialização solidária. Ela destacou ainda que, durante esse processo, também foi sugerido um comitê de finanças, embora ainda não houvesse indicação de membros para esses grupos. **Fernando Zamban** então fez um resumo da lista de comitês estabelecidos até o momento: finanças, mulheres, formação, marco legal, Cadsol e comercialização, somando um total de seis comitês. Ao revisar a estrutura, ela propôs uma distinção entre o comitê de marco legal e a comissão de Cadsol, justificando que, embora conectadas, as duas áreas tinham objetivos específicos. Enquanto o marco legal abordava questões mais amplas, a comissão de Cadsol deveria se concentrar em tarefas direcionadas, sem estar subordinada ao comitê regulatório. Nesse momento, **Kézia Alice** interveio, mencionando que havia um certo grau de confusão sobre as responsabilidades dos diferentes comitês e comissões. Ela explicou que, conforme a apresentação de Renata, o comitê Cadsol deveria ser um grupo permanente, enquanto o papel da comissão seria diferente, pois sua função principal é a de validar os comitês permanentes e analisar propostas. Ela reforçou que, apesar da sobreposição de temas, as funções dos comitês e das comissões tinham finalidades distintas. **Fernando Zamban**, então, propôs que a estrutura fosse organizada para permitir que uma mesma comissão lidasse com ambas as tarefas, ao invés de criar várias comissões independentes. **Kézia Alice** concordou, mas enfatizou a necessidade de esclarecer as funções específicas para evitar confusões no futuro. **Fernando Zamban** sugeriu que, antes de abrir inscrições para novos membros, fosse decidido um tamanho máximo para os comitês, idealmente limitando-os a 10 pessoas, como previsto no regimento do Conselho. **Gilberto Carvalho** propôs uma abordagem prática para organizar as comissões do Conselho. Ela sugeriu que, se todos concordassem com as comissões já discutidas, poderia ser aberto um prazo de uma semana para que os membros do conselho enviassem suas inscrições, indicando em qual comissão gostariam de participar. Essa medida visava economizar tempo, evitando discussões sobre quem deveria ser designado para cada comissão. **Iracema Moura** sugeriu que o processo fosse simples, com o envio de um e-mail contendo as opções de comissões, e pediu que os membros manifestassem seu interesse. E ressaltou que seria importante seguir as normas estabelecidas no decreto e no regimento interno do conselho para garantir que o processo

fosse formal e organizado. Durante a reunião, **Admirson Medeiros - Greg** levantou a questão da ausência de um tema importante, a cooperação internacional, que ele acreditava não estar sendo abordado adequadamente em nenhuma das comissões propostas. Ele sugeriu que fosse criada uma comissão específica para lidar com essa área, destacando a necessidade de estarmos atualizados com os acontecimentos globais sobre economia solidária. **Fernando Zamban** perguntou se Greg estava propondo a criação de uma nova comissão focada na agenda ou cooperação internacional, e Greg confirmou sua sugestão. **Tatiane Nascimento**, em seguida, observou que essa função já era atribuída anteriormente ao comitê permanente. **Fernando Zamban**, então, indagou ao grupo se deveria ou não criar uma nova comissão para esse fim. Nesse momento, **Marcela Vieira** se alinhou à proposta de Greg e também sugeriu a criação de uma "Câmara de Juventudes", visando fortalecer o diálogo com os jovens envolvidos na conferência e incentivando a participação da juventude na renovação da economia solidária. **Fernando Zamban** questionou os membros do conselho sobre a criação desses dois novos Comitês. **Carlos Alencastro** apoiou a ideia. **Fernando Zamban** então propôs que os membros se manifestassem, levantando a mão, caso estivessem de acordo com as sugestões. Não houve objeções, e a ideia foi bem aceita. Fernando Constatou então que serão 07 Comitês (Finanças, Mulheres, Formação, Marco Legal, Comercialização, Cooperação Internacional e Juventude) e a Comissão do Cadsol. Após isso, a conversa seguiu com algumas discussões práticas sobre a composição das comissões, como a possibilidade de membros das entidades representadas no conselho integrarem as comissões, mesmo que não sejam conselheiros formais. Fernando destacou que a composição das comissões deve ser feita com base nas especialidades dos participantes, para garantir que as políticas públicas sejam formuladas de maneira eficaz. **Marcela Vieira** aproveitou a oportunidade para falar sobre o trabalho da Cáritas, mencionando uma área de atuação que lida com a infância e juventude, e como poderiam envolver jovens nas atividades do comitê. Ela destacou que seria importante mobilizar essa faixa etária para fortalecer a participação na conferência. **Renata Studart** compartilhou sua experiência de uma conversa com representantes de seis estados do Nordeste. Ela sugeriu que a questão da Agenda Internacional, que antes ficava no comitê permanente, poderia ser mantida nesse formato, já que o comitê permanente funcionava como uma espécie de mesa diretora do Conselho. A sugestão gerou uma reflexão sobre como organizar melhor as funções e responsabilidades dentro dos comitês. Renata questionou se o regimento permite que entidades e movimentos que não estão na composição atual do conselho façam parte das comissões e comitês, especialmente em relação à sugestão de incluir movimentos de juventude articulados por Ana Carolina. **Fernando Zamban** explicou que o regimento prevê a participação de conselheiros e não conselheiros que as consultas seriam realizadas por e-mail, conforme sugerido por Iracema. Fernando reforçou que cada conselheiro e suplente escolheria um comitê para atuar, onde definiriam coordenador, relator e regras de funcionamento, e destacou a necessidade de organização com até 10 membros por comitê. **Kézia Alice** expressou preocupação com a indicação de membros, sugerindo que as vagas fossem direcionadas às organizações que já compõem o conselho, evitando confusão na organização. **Alfredo Jairo** enfatizou a importância de estruturar o conselho de maneira cuidadosa, sugerindo que as consultas e composições das comissões envolvessem também redes de gestores e organizações de apoio. Ele destacou a importância de uma reunião presencial para consolidar essas decisões, evitando o sobrecarregamento dos conselheiros e garantindo uma participação equilibrada. **Fernando Zamban** informou que será enviado um e-mail com os comitês temáticos aprovados, junto com as diretrizes para o funcionamento, conforme estipulado no regimento. O objetivo do e-mail é solicitar que os conselheiros e conselheiras se inscrevam no comitê temático de sua preferência, com a restrição de participação em apenas um comitê. Além disso, aqueles que se inscreverem em cada comitê terão a tarefa de refletir sobre o funcionamento interno do grupo e, em dezembro, será apresentada uma proposta de composição para validação presencial.

280 **Marcela Vieira** perguntou se seria possível dividir as áreas de atuação entre titular e suplente ou se
281 a escolha é feita apenas por entidade, ao que Fernando respondeu que consultariam o regimento
282 para verificar qualquer impedimento. **Alzira Medeiros** manifestou preocupação com a demora para
283 colocar o Cadsol em funcionamento, mencionando que essa é uma questão importante que poderia
284 avançar sem precisar esperar até dezembro. Ela enfatizou que o Cadsol, por sua relevância política,
285 deveria ser priorizado, pois depende diretamente das ações do conselho, diferentemente do Marco
286 Legal, que exige aprovação externa. **Marcela Vieira** sugeriu a possibilidade de realizar uma reunião
287 exclusiva para discutir a pauta do Cadsol, propondo envolver Chico, que já estava à frente desse
288 tema, para garantir que o assunto tenha a devida prioridade e que o processo possa ser alinhado e
289 executado com agilidade. **Janiléia Silva** agradeceu pela oportunidade de participar e mencionou sua
290 parceira Elza Santiago, reconhecendo a importância de quem veio antes. Ela comentou sobre a
291 situação em São Paulo, onde já houve solicitações para implantar a comissão estadual do Cadsol, e
292 sugeriu a participação do Grupo de Trabalho (GT) do Cadsol, do Fórum Brasileiro, que já possui um
293 documento elaborado com a colaboração de diversas pessoas. **Fernando Zamban** acolheu a sugestão
294 e afirmou que encaminharia a consideração ao Chico. Em seguida passou a palavra para **Marco**
295 **Antônio** fazer uma apresentação sobre a parceria com o Sebrae. Marcos expôs um projeto voltado
296 para a economia popular e solidária, com o objetivo de ampliar a oferta e a diversidade de cursos no
297 setor, além de organizar feiras de negócios para promover a comercialização dos produtos
298 desenvolvidos pelos participantes. O Sebrae, segundo ele, tem expertise e recursos para apoiar esta
299 iniciativa, oferecendo orientação e crédito, com base nos princípios de economia solidária. A
300 proposta inclui a integração de formadores do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e dos
301 empreendimentos à rede Sebrae para adaptar os cursos já existentes às necessidades específicas do
302 setor. Para alinhar o conteúdo às demandas da economia solidária, pretende-se realizar um
303 planejamento participativo, preparar instrutores e ajustar o material didático, incorporando teorias
304 e autores relevantes, como Paul Singer e Paulo Freire. Esses materiais passarão por revisões para
305 adequá-los à realidade da ECOSOL, incluindo ajustes visuais e referenciais conceituais. Marcos
306 ressaltou que o projeto não prevê repasse de verbas ao Sebrae, mas sim o uso dos recursos e
307 estrutura que a entidade já possui. Por fim, ele explicou que o Sebrae em diversos estados, como Rio
308 de Janeiro e São Paulo, já demonstrou interesse em ampliar sua atuação na área da economia
309 solidária. Segundo ele, a mudança atual é que há um olhar mais atento e colaborativo para essa área,
310 buscando uma abordagem mais democrática e participativa. Com isso, Marcos abriu para dúvidas e
311 comentários, encerrando sua apresentação. **Vanderlúcia** agradeceu a apresentação de Marco
312 Antônio Baleeiro Alves e aproveitou para esclarecer que Marcos faz parte da equipe da SENAES, no
313 Departamento de Projetos, sendo o responsável por acompanhar de perto o programa e o curso do
314 Sebrae. Ela explicou que ele está envolvido diretamente com o comitê e destacou o trabalho conjunto
315 realizado por ele e a equipe para o acompanhamento das iniciativas. Em seguida, Vanderlúcia passou
316 a palavra a Gilberto e informou que após suas falas, abriria o espaço para perguntas e
317 esclarecimentos. **Gilberto Carvalho** explicou que essa parceria surgiu de uma procura que foi feito
318 ao Deputado Décio Lima que na época era presidente do Sebrae. Ele explicou os cuidados e passos
319 dados para estabelecer uma parceria com o Sebrae, destacando a necessidade de garantir que as
320 condições da economia solidária fossem atendidas. Ela mencionou que o Sebrae, embora
321 historicamente tenha seguido outra perspectiva, também é uma instituição pública financiada pelo
322 povo e que, ao contrário de outras entidades como Sesi e Senai, sua presidência é indicada
323 democraticamente. Atualmente, o presidente executivo do Sebrae é Rodrigo, um aliado político do
324 PT, que tem atuado como um interlocutor próximo, abrindo espaço para que o governo participe do
325 planejamento de programas voltados à economia solidária. Gilberto compartilhou que, após uma
326 abordagem cautelosa e diálogo, o Sebrae mostrou-se receptivo a treinar seus técnicos e a contratar

327 profissionais para a execução de programas específicos, buscando, assim, um equilíbrio entre as
328 tecnologias e expertises do Sebrae e as necessidades de qualificação técnica e gerencial dos
329 empreendimentos de economia solidária. Ela frisou que os recursos para esse projeto serão
330 inteiramente do Sebrae e mencionou a possibilidade de que o Sebrae venha a contribuir com linhas
331 de crédito para apoiar financeiramente a economia solidária no futuro. Concluindo, Gilberto explicou
332 que a intenção é usar a estrutura do Sebrae em benefício dos trabalhadores, subvertendo o que antes
333 era uma ferramenta a serviço da elite. **Alzira Medeiros** expressou com veemência a sua preocupação
334 sobre uma possível aproximação com o Sebrae para a promoção de uma formação em Economia
335 Solidária. Alzira ressaltou que compartilhar conhecimentos e valores tão significativos para o
336 movimento poderia ser como “entregar o ouro ao bandido”. Alzira frisou que essa proposta, do ponto
337 de vista dos educadores populares, soava absurda e que isso afetava o propósito da Economia
338 Solidária como alternativa ao capitalismo. Em contrapartida, **Kézia Alice** uma perspectiva diferente.
339 Ela concordou que o conceito de empreender transcende o capitalismo, defendendo que
340 empreender é um ato de necessidade e sobrevivência para aqueles com poucos recursos. Kézia
341 reconheceu a relevância de utilizar recursos que possam fortalecer o movimento,
342 independentemente de onde venham, e destacou que a formação do Sebrae poderia ser uma
343 ferramenta útil para diversos empreendimentos da Economia Solidária. Para Kézia, o papel da
344 SENAES deveria ser o de mediar e orientar essa aproximação, permitindo que cada empreendimento
345 optasse pela formação do Sebrae conforme suas necessidades, sem imposições. **Celecina Rodrigues**,
346 ao assumir a palavra, abordou o tema com uma analogia de "noivado" e "casamento", demonstrando
347 cautela em aderir completamente à parceria com o Sebrae. Ela sugeriu que a aproximação com o
348 Sebrae fosse construída gradualmente e documentada, preservando a autonomia e a identidade da
349 Economia Solidária. Celecina enfatizou a necessidade de um compromisso formal e escrito, que
350 garantisse a utilização de educadores populares dentro dessa parceria. Ela também mencionou que,
351 em alguns locais, o Sebrae já oferecia formações sob o nome de Economia Solidária, mas que elas
352 não refletiam os valores e práticas do movimento. Celecina propôs que fosse estabelecido um comitê
353 técnico para gerenciar o diálogo e assegurar que qualquer formação promovida respeitasse os
354 princípios da Economia Solidária. **Tatiane Nascimento** expressou sua gratidão aos colegas de
355 empreendimentos solidários e elogiou Gilberto por sua contribuição na aproximação do grupo. Ela
356 ressaltou o valor da prática na ação coletiva. Tatiane aproveitou para refletir sobre o papel do Sebrae,
357 uma organização com a qual muitos de seu círculo tinham uma relação crítica. Embora o modelo de
358 apoio do Sebrae nem sempre estivesse alinhado com os valores de economia solidária, ela lembrou
359 que historicamente havia uma colaboração entre o Sebrae e o Fórum Acreano. Ela sublinhou a
360 importância de olhar para as parcerias que ajudam na qualificação e fortalecimento da produção,
361 essencial para os empreendimentos. **Alfredo Jairo** entrou na conversa, ele destacou a importância
362 do trabalho que a equipe da SENAES vinha realizando, com um esforço contínuo para buscar soluções
363 na economia solidária. Jairo valorizou a transparência e o diálogo no conselho e afirmou que, embora
364 compreendessem as características do sistema S, estavam prontos para colaborar com a SENAES,
365 analisando o processo de formação coletiva. Jairo defendeu uma postura ousada e confiante,
366 sugerindo que era hora de o movimento buscar recursos e parcerias que pudessem fazer a diferença,
367 desde que respeitassem a lógica da economia solidária. Ele destacou a importância de incluir
368 empreendedores populares, como as mulheres do acarajé ou os vendedores de caldo de cana, que
369 também precisam desse apoio e formação. **Malu Rodrigues** iniciou sua fala com uma preocupação
370 crescente em relação à direção das ações e parcerias da Secretaria Nacional de Economia Solidária
371 (SENAES), especialmente quanto ao envolvimento do Sebrae. Ela expressou a alegria inicial com a
372 retomada da SENAES, que muitos acreditavam ser um movimento para fortalecer políticas de
373 economia solidária e redes de educadores, além de dar apoio aos empreendimentos coletivos. No

entanto, a cada nova atualização, ela e outros membros do movimento têm se sentido cada vez mais frustrados, pois parece haver uma desconexão entre os interesses da SENAES e os da economia solidária defendida por movimentos como o FBES Malu argumentou que a lógica do Sebrae, voltada para o empreendedorismo individual, não corresponde aos princípios da economia solidária, que se baseia no trabalho e desenvolvimento coletivo. Ela compartilhou a preocupação de que essa parceria com o Sebrae poderia fragilizar os empreendimentos coletivos, incentivando a individualização dos participantes e desestabilizando os coletivos formados. Segundo Malu, uma verdadeira parceria deveria incluir todos os atores na mesa para dialogarem juntos, e não ser decidida por um pequeno grupo. **Janiléia Silva** reforçou a importância do diálogo no conselho, destacando as contribuições de várias regiões do país. Ela reconheceu a importância de adaptar a atuação do Sebrae ao contexto de cada coletivo, ressaltando que a parceria pode ser benéfica quando formatada em conjunto e atendendo às necessidades específicas dos empreendimentos locais. Ela concluiu que a presença do sistema S pode ser de grande valor, especialmente nas regiões periféricas onde os recursos e oportunidades são escassos, reforçando o papel do diálogo e a inclusão dos diversos coletivos na construção de soluções. **Carlos Alencastro** expressa sua opinião sobre o momento de diálogo entre a economia solidária e o Sebrae, vendo-o como uma oportunidade essencial de construir parcerias. Carlos relatou que, recentemente, participou de uma reunião do CIISC junto com Ary, onde o Sebrae apresentou suas iniciativas voltadas para os catadores, demonstrando que a conexão entre o Sebrae e a economia solidária já se tornara inevitável. Diante disso, ele sugeriu que seria interessante incluir educadores de economia solidária em projetos conjuntos entre a SENAES e o Sebrae, o que poderia reforçar os princípios dessa prática econômica no processo. Segundo ele, o diferencial da economia solidária em relação ao capitalismo poderia enriquecer essa relação e manter viva a essência do movimento. Em seguida, **Vanderlúcia** acrescentou que respeita a preservação dos princípios da economia solidária, como enfatizado por Alzira, mas reconheceu a importância das diferentes contribuições que indicaram a necessidade de adaptação e entendimento do contexto atual. Ela destacou que, embora a SENAES deseje fortalecer o programa de formação com educadores próprios, no momento, as oportunidades de parceria com o Sebrae se apresentam como uma alternativa estratégica. Ele descreveu a situação como um movimento necessário, uma "pequena revolução" para entrar nas instituições capitalistas e buscar inserir os valores da economia solidária dentro do próprio Estado. **Gilberto Carvalho** retomou a palavra expressando gratidão pelas diversas contribuições e visões opostas, destacando que a pluralidade de opiniões reflete a maturidade do conselho. Ele enfatizou que o governo deve estar aberto para ouvir e ponderar diferentes perspectivas. Apesar das preocupações em relação ao histórico do Sebrae, ele defendeu a colaboração com a instituição como uma oportunidade de transformação em favor dos trabalhadores. Reconhecendo os desafios da parceria, o conselheiro explicou que a SENAES não está simplesmente "entregando" sua autonomia, mas sim buscando utilizar os recursos disponíveis para apoiar a economia solidária, especialmente nas áreas onde trabalhadores carecem de assistência técnica. A parceria com o Sebrae foi cuidadosamente amadurecida, levando um ano para ser formalizada com critérios claros de atuação e alinhada com os valores da economia solidária. Ele destacou que a iniciativa será introduzida com cautela e que o objetivo é fazer uma experiência piloto em São Paulo e no Rio de Janeiro, avaliando os resultados e ajustando conforme necessário. Gilberto reafirmou o compromisso de que a SENAES está no caminho certo ao utilizar todas as ferramentas disponíveis para melhorar a vida material e ideológica dos trabalhadores. E reforçou a determinação de avançar de forma cuidadosa e com monitoramento contínuo para garantir que os interesses da economia solidária sejam protegidos. **Informes:** Marcela e Alzira solicitaram apoio financeiro para a conferência temática de educação popular, destacando a importância do evento e a necessidade de arrecadar fundos para alimentação e hospedagem dos participantes. Rosemary Gomes solicitou a

verificação do calendário de conferências temáticas, pois não encontrou nenhuma programada para turismo de base comunitária. Ela mencionou que, devido à existência de um grupo de trabalho sobre o tema, coordenado pelo Fórum e pela superintendência de Ilópolis, gostaria de organizar uma conferência virtual. Ela propôs realizar essa conferência alguns dias antes da estadual, de modo que pudesse influenciar o conteúdo da conferência estadual com a temática. Rosemary expressou dúvidas se ainda havia tempo devido à prorrogação de prazos e perguntou com quem deveria entrar em contato para viabilizar a realização da conferência temática. Alzira mencionou uma solicitação para uma conferência com os quilombolas, destacando que já havia sido discutida em uma reunião anterior e que seria uma conferência temática virtual. Rosemary e Alzira discutiram sobre a comissão de organização nacional, mencionando Fernando Zamban como um dos responsáveis. Fernando explicou os procedimentos para a realização de conferências temáticas, destacando que devem ser de abrangência nacional, com no mínimo 5 organizações assinando o requerimento e solicitando à comissão organizadora nacional através do e-mail CONAES 4. **Deliberações:** Foram confirmados sete comitês temáticos (Finanças, Mulheres, Formação, Marco Legal, Comercialização, Cooperação Internacional e Juventude) e uma comissão adicional para tratar do Cadastro Nacional de Economia Solidária (Cadsol). Ficou decidido que cada comitê terá um limite de 10 membros, e os conselheiros e suplentes poderão escolher apenas um comitê para atuar. Um e-mail será enviado aos conselheiros para que se inscrevam nos comitês de sua preferência. As escolhas devem ser formais e organizadas conforme as diretrizes estabelecidas pelo regimento interno. Houve discussões sobre a parceria com o Sebrae para oferecer formações em economia solidária, com visões divergentes sobre os benefícios e os desafios dessa colaboração. A decisão foi de avançar com cautela, iniciando com um projeto piloto em São Paulo e no Rio de Janeiro. Foi solicitado uma reunião específica para tratar do Cadsol buscando agilizar sua implementação efetiva. Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho deu por encerrada a reunião com o Conselho Nacional de Economia Solidária. E para que fique devidamente documentado, a presente ata será lavrada e, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, cinco de novembro de dois mil e vinte e quatro.